

Cargo: Lançador

Língua Portuguesa

Após ler o texto, responda o que se pede.

“O bate-boca” (adaptado)

Num dia 4 de maio qualquer, o ex-prefeito de São Paulo, Celso Pitta, foi preso (e liberado duas horas depois) por desacato à autoridade, durante seu depoimento à CPI do Banestado. Eis a essência da discussão ocorrida:

— É impossível deixar de estabelecer uma correlação entre as contas do exterior em seu nome e os cargos que Vossa Senhoria ocupou na administração pública paulista. Se eu lhe indagar como Vossa Senhoria vê essas afirmações de que seria corrupto, Vossa Senhoria também manteria o silêncio? (Antero Paes de Barros)

— Se eu indagasse a Vossa Excelência se continua batendo na sua mulher, como responderia? (Celso Pitta)

Após sair da PF:

— Foi figura de retórica. Respondi ao Senador Antero Paes de Barros no sentido de um questionamento ofensivo. O que expus fui a inversão da situação diante de uma hipótese absurda, que fora posta para mim.

01. Sobre o que falaram os protagonistas da discussão, assinale o item que não está de acordo.

- a) A fala de Celso Pitta não apresenta uma resposta à pergunta de Antero Paes de Barros.
- b) A pergunta de Antero Paes de Barros é precedida de uma afirmativa que emite um juízo pessoal acerca de uma situação.
- c) Celso Pitta dá a entender que não tem conhecimento de retórica, o que é comprovado em seu discurso final.
- d) Há o uso da ironia pelos dois personagens a respeito dos fatos em questão.

02. Chama-se “pergunta complexa” aquela que traz em si, ainda que implicitamente, uma afirmativa. A finalidade desse tipo de pergunta é comprometer o interlocutor. Sabendo disso, só não podemos classificar de “pergunta complexa” a da alternativa:

- a) “_Você tem sido coerente e assistido menos àquela emissora de TV?”
- b) “_Você já consegue dormir depois de escovar os dentes?”
- c) “_Você concorda com a atual política de espoliação do povo através dos impostos?”
- d) “_É muito comum roncarmos enquanto dormimos. Você ronca quando dorme?”

03. O título do texto “O bate-boca”, é um substantivo composto. Assinale a alternativa que faz o plural da mesma forma de “bate-boca”.

- a) guarda-noturno.
- b) super-homem.
- c) pé-de-cabra.
- d) beija-flor.

04. Assinale a alternativa na qual todas as palavras recebem acento observando a mesma regra.

- a) essência – excelência – prudência.
- b) hipótese – pública – mantém.
- c) vê – é – também.
- d) pública – essência – impossível.

05. No texto, encontramos dois pronomes de tratamento, a saber. São eles:

- a) ex-prefeito e senador.
- b) seu e eu.

- c) Vossa Senhoria e Vossa Excelência.
- d) senador e Vossa Senhoria.

06. Antero Paes de Barros ofende deliberadamente a Celso Pitta quando faz uso de uma palavra. Qual destas é a palavra ou expressão?

- a) contas no exterior.
- b) corrupto.
- c) continua batendo em sua mulher.
- d) figura de retórica.

07. A concordância encontra-se correta apenas em:

- a) Foi oferecida uma homenagem a todos os grãos-mestres daquela ordem.
- b) Lá nos demoramos mais algum tempo, pois continuavam os raios e trovões a ribombar.
- c) Ela era por todos considerada uma criança prodígia.
- d) Estando portas e janelas meios cerradas, não se percebia bem o que se passava lá dentro.

08. Estão corretas as contagens de letras e fonemas apenas de uma alternativa. Assinale-a:

- a) portuguesa: 10 fonemas e 10 letras.
- b) tronco: 5 fonemas e 6 letras.
- c) terra: 5 fonemas e 5 letras.
- d) que: 3 fonemas e 3 letras.

09. Temos um discurso indireto em:

- a) “O guarda veio estranhar o estacionamento e recebeu a explicação de força-maior, quem é que me paga meus cruzeiros? O serviço de trânsito?”
- b) _Pode acreditar, ela não tinha mesmo o dinheiro, não.
- c) O motorista respondeu baixinho, que sabia; mas que, se dissesse aquilo, aquele povo todo o mataria.
- d) _Toca! Toca!

10. As palavras abaixo estão separadas em sílabas e classificadas quanto ao número e a posição da sílaba tônica. Assinale a que está classificada erradamente:

- a) subs-cre-ver – trissílaba e oxítona
- b) ca-cho-ei-ra – polissílaba e paroxítona
- c) com-pre-en-do – polissílaba e paroxítona
- d) di-nhei-ro – trissílaba e proparoxítona

11. A colocação pronominal está ERRADA na alternativa:

- a) Disse que temos equivocado-nos quanto a essas questões.
- b) Tudo se falou, mas nada ficou resolvido.
- c) A experiência mantinha-lhe a mente e o coração bem acordados.
- d) Alguém nos informará quando o resultado for divulgado.

12. O padrão da linguagem é considerado culto na alternativa:

- a) Eles ansiam mesmo é pelo aumento de salário.
- b) Posso fazer a revisão do texto, caso ele se manifesta interesse.
- c) Esperamos que ele sentencieie em nosso favor, pois jamais contestamos suas antigas decisões.
- d) Se ele continuar a mostrar-se tão prestativo, poderemos rever nossa decisão de pedir demissão todos a uma só vez.

13. Assinale a única frase que não admite substituição do complemento verbal pelo pronome pessoal oblíquo átono LHE:

- a) Após o acordo formalizado, o dono da empresa pagou aos funcionários o salário atrasado.
- b) Se fosse possível, eu contaria a verdade a meu irmão.
- c) Ele ficou chateado, por não ter assistido ao debate.
- d) Alguém informou o valor da aposta ao atrasado apostador.

14. Existe apenas uma alternativa que faz corretamente a regência verbal. Assinale-a:

- a) O médico precisou com exatidão do local da cirurgia.
- b) Crianças obedientes e educadas não desobedecem os seus pais.
- c) Ele chegou em Paris hoje cedo.
- d) A diretoria da empresa comunicou-nos as férias coletivas com antecedência de alguns dias.

15. Ao utilizarmos PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E PORQUE, teremos somente uma alternativa contendo o emprego correta dessas palavras. Assinale-a:

- a) Parou por quê?
- b) Porque você não apareceu na festa, ontem?
- c) Não quero saber o porque de suas atitudes hostis.
- d) Se ele não nos disse a verdade, queremos saber por que.

16. A pontuação encontra-se incorreta apenas em uma das alternativas. Assinale-a:

- a) Se tudo der certo, viajarei amanhã cedo.
- b) As crianças pintam e bordam na sala de aula, mas não o fazem por mal.
- c) Silenciou, baixou a cabeça, e soluçou, até que dormiu, entre os livros e cadernos.
- d) Jogavam bola no campinho da escola todas as tardes de domingo.

Conhecimentos Específicos

17. Nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, inclui-se na categoria de despesas de capital, exceto:

- a) Inversões financeiras.
- b) Transferências de capital.
- c) Investimentos.
- d) Despesas de custeio.

18. As despesas com material permanente, segundo o esquema traçado no art. 13, da Lei Federal nº 4.320/64, situa-se na seguinte categoria econômica;

- a) Despesas de custeio.
- b) Inversões financeiras.
- c) Investimentos.
- d) Transferências correntes.

19. Assinale a alternativa correta.

- a) Dívida pública consolidada consiste no montante total, apurado sem duplicidade, de obrigações financeiras do ente da Federação, assumida em virtude de contrato, para amortização em prazo superior a doze meses.
- b) Dívida pública representada por títulos emitidos pelos municípios não se enquadram no conceito de dívida pública imobiliária.
- c) Não integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses, cujas receitas tenham constado no orçamento.
- d) O compromisso de adimplência de obrigação financeira assumida por ente da Federação denomina-se refinanciamento da dívida mobiliária.

20. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, não é exigido para a realização de transferência voluntária:

- a) Observância ao disposto no inciso X, do art. 167 da Constituição Federal.
- b) Comprovação, pelo beneficiário, de previsão orçamentária de contrapartida.
- c) Formalização por meio de convênio.
- d) Existência de dotação específica.

21. Considera-se despesa obrigatória de caráter continuado, a despesa corrente derivada de lei ou ato administrativo normativo que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por período:

- a) Não superior a um exercício.
- b) Superior a dois exercícios.
- c) Superior a um exercício e inferior a dois exercícios.
- d) Nenhuma das anteriores.

22. Os Tribunais de Contas, quanto à fiscalização da Gestão Fiscal, alertarão os Poderes/Órgãos de que trata o art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando o montante da despesa total com pessoal ultrapassar:

- a) Sessenta por cento do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Setenta por cento do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- c) Cinquenta por cento do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- d) Noventa por cento do limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

23. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal de cada ente da Federação, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de:

- a) Pelo menos impostos e taxas de sua competência constitucional.
- b) Todos os tributos de sua competência constitucional.
- c) Ao menos impostos de sua competência tributária.
- d) A previsão de arrecadação de tributos não constitui requisito essencial da responsabilidade na gestão fiscal.

24. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal do Município, em cada período de apuração, não poderá ultrapassar sessenta por cento da receita corrente líquida, sendo esse limite assim repartido:

- a) Oito por cento para o Legislativo e cinquenta e dois por cento para o Poder Executivo.
- b) Dez por cento para o Legislativo e cinquenta por cento para o Poder Executivo.
- c) Doze por cento para o Legislativo e quarenta e oito por cento para o Poder Executivo.
- d) Seis por cento para o Legislativo e cinquenta e quatro por cento para o Poder Executivo.

25. Ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade é denominado:

- a) Autorização.
- b) Aprovação.
- c) Licença.
- d) Admissão.

26. Ato administrativo unilateral e vinculado, pelo qual a Administração reconhece a legalidade de um ato jurídico é denominado:

- a) Parecer.
- b) Homologação.
- c) Aprovação.
- d) Adjucação.

27. Sobrevindo uma norma jurídica que torna inadmissível a situação antes permitida pelo direito e outorgada por um ato administrativo, é correto afirmar que este ato se extingue por:

- a) Caducidade.
- b) Revogação.
- c) Cassação.
- d) Invalidação.

28. O particular convocado para prestar serviços junto à Justiça Eleitoral na qualidade de fiscal/mesário em uma determinada eleição se enquadra na seguinte categoria de agente público:

- a) Servidor público temporário.
- b) Agente político.
- c) Particular em colaboração com o poder público.
- d) Servidor público detentor de emprego público.

29. Quando o agente público pratica ato visando a fim diverso daquele previsto implícita ou explicitamente na regra de competência, este ato padece de:

- a) Vício relativo ao objeto.
- b) Vício relativo à forma.
- c) Vício relativo ao motivo.
- d) Vício relativo à finalidade.

30. A acumulação remunerada de cargos públicos, havendo compatibilidade de horários e observado o limite de remuneração imposto pela Constituição Federal, é possível na hipótese de:

- a) Até três cargos de professor.
- b) Até três cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.
- c) De um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- d) É possível em qualquer hipótese.

31. O servidor titular de cargo efetivo será aposentado compulsoriamente:

- a) Aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher.
- b) Aos setenta e cinco anos de idade, para ambos os sexos.
- c) Aos setenta anos de idade, para ambos os sexos.
- d) Aos setenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta e cinco anos de idade, se mulher.

32. O servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquirirá estabilidade:

- a) Após três anos de efetivo exercício.
- b) Após dois anos de efetivo exercício.
- c) Após cinco anos de efetivo exercício.
- d) Após um anos de efetivo exercício.

33. Assinale a alternativa correta:

- a) A remuneração dos servidores públicos poderá ser fixada ou alterada por decreto do Executivo.
- b) A remuneração dos servidores públicos poderá ser fixada ou alterada somente por lei específica.
- c) É assegurada ao servidor público revisão geral semestral de sua remuneração, nos termos da Constituição Federal.
- d) É permitida a vinculação ou equiparação de qualquer espécie remuneratória para efeito de remuneração de pessoal do setor público, desde que autorizada pelo Chefe do Executivo.

34. Nos termos da Constituição Federal, a remuneração de serviço extraordinário será superior a:

- a) No mínimo, em cinquenta por cento à do normal.
- b) No mínimo, em sessenta por cento à do normal.
- c) No máximo, em cinquenta por cento à do normal.
- d) No máximo, em quarenta por cento à do normal.

35. Quanto à sua exequibilidade, o ato administrativo sujeito à condição ou termo para que comece a produzir efeitos é denominado:

- a) Perfeito.
- b) Imperfeito.
- c) Consumado.
- d) Pendente.

36. Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão compreendidos no conceito de renúncia de receitas:

- a) Anistia.
- b) Subsídio.
- c) Crédito presumido.
- d) Todas as anteriores.

37. Ao Chefe do Executivo Municipal é vedado contrair obrigações de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato a partir:

- a) Do último trimestre do seu mandato.
- b) Dos dois últimos quadrimestres de seu mandato.
- c) Do último semestre do seu mandato.
- d) Do último ano do seu mandato.

38. Modalidade de licitação que se destina à escolha de trabalho técnico científico ou artístico, mediante instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores conforme critérios previstos no edital, é denominada:

- a) Convite.
- b) Pregão.
- c) Concurso.
- d) Leilão.

39. Assinale a alternativa incorreta:

- a) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) A acumulação remunerada de cargos públicos estende-se a empregos e funções em sociedade de economia mista.
- c) É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.
- d) A lei não poderá estabelecer requisitos diferenciados de admissão para cargo público, ainda que a natureza do cargo assim o exija.

40. Quando a licitação na modalidade tomada de preços for instaurada com a adoção de critério de julgamento de melhor técnica ou técnica e preço, o prazo mínimo para recebimento das propostas será de:

- a) Quinze dias.
- b) Trinta dias.
- c) Quarenta e cinco dias.
- d) Oito dias.